

Falta Itamar dizer se apóia o corte de gastos

ROLF KUNTZ

Falta o presidente da República anunciar se apóia, ou não, os cortes de gastos propostos pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso. A resistência à diminuição de gastos, como se viu na semana passada, começa dentro do governo. Criticaram a proposta de Cardoso o ministro da Integração Regional, Alexandre Costa, o secretário do Orçamento, Aurélio Nonô Valença, demissionário, e o líder do governo na Câmara dos Deputados, Roberto Freire.

O ministro tem hoje mais um ar-

gumento a favor da contenção das despesas. A economia cresceu, a sonegação vem sendo enfrentada e a receita aumentou, mas nem assim as contas da União se equilibraram. De janeiro a julho, a arrecadação bruta foi 12,6% maior que a de um ano antes, mas o governo gastou 22,2% mais, descontada a inflação. O déficit de caixa acumulado no período chegou a CR\$ 138 bilhões, em valores de julho. Em agosto, a situação não deve ter melhorado. O resultado de caixa não foi divulgado, mas tudo indica novo déficit. Pelas contas do Banco Central, gastos de Cr\$ 37 bilhões foram financiados com expansão da base monetária, isto é, com emissão primária de moeda. O número final pode ter sido pior que esse. Em julho, a expansão da base cobriu CR\$ 22,4 bilhões de gastos e o rombo de caixa foi CR\$

94,5 bilhões, o maior depois de março de 1990. De janeiro a julho do ano passado, a conta de caixa do Tesouro havia apontado uma sobra de CR\$ 44 bilhões (medida em preços de julho de 1993).

Os gastos com pessoal passaram de US\$ 14 bilhões no ano passado para prováveis US\$ 19 bilhões neste ano. O projeto de orçamento de 1994 indica uma previsão de US\$ 27 bilhões, um aumento real de 50%.

Aumentar a receita não produzirá grande resultado, sustentam vários especialistas em finanças públicas. Vários estudos têm mostrado uma carga tributária bruta com pouca variação nos últimos 20 anos: algo entre 22% e 25% do Produto Interno Bruto (PIB). O governo tem aumentado ou criado impostos, com frequência, para tapar buracos em suas contas, mas a

arrecadação total não varia muito.

Esgotaram-se os truques tradicionais, dizem técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). "Restam, portanto, poucas dúvidas de que, hoje, o front no qual devem ser concentradas as ações visando ao ajustamento das contas públicas é o da despesa", está escrito no editorial da última *Carta de Conjuntura* do Instituto. O recurso mais empregado nos últimos três anos, o controle de caixa do Tesouro, é uma solução falsa. Dá a impressão de funcionar, a curto prazo, porque: 1) empurra os gastos para a frente, sem mudar a estrutura do Orçamento; 2) ao adiar os desembolsos, desvaloriza a despesa, em termos reais, por causa da inflação. Se a inflação cair bruscamente, esse efeito deixará de existir e o déficit aparecerá sem disfarce.